

O debate do Salário Mínimo aqui e lá fora.

Salário mínimo é um dos temas mais controversos na teoria econômica. Em princípio, se estivessemos em uma economia competitiva, sem assimetria de informação no mercado de trabalho, cada trabalhador receberia um salário real equivalente à sua produtividade marginal.

O que aconteceria se o governo ou sindicato estabelecessem um piso salarial para o mercado de trabalho, um salário mínimo? Neste caso, os trabalhadores de menor produtividade (marginal), inferior ao salário mínimo, perderiam o seu emprego. Nenhum empresário pagaria um salário para um trabalhador maior do que a contribuição deste trabalhador para a receita adicional para a sua empresa.

No entanto, esse debate é muito mais complicado porque sabemos que mercados em concorrência perfeita não é o padrão. Adicionalmente, a literatura empírica sobre o efeito do aumento do salário mínimo na geração de emprego é inconclusiva (ver [The Argument in the Floor: Evidence is mounting that moderate minimum wages can do more good than harm](#)).

Recentemente, o debate sobre salário mínimo tem evoluído bastante lá fora devido a discussão nos EUA sobre a proposta do governo do presidente Obama para aumentar o seu valor de US\$ 7,25 por hora para US\$ 10,10 e o estabelecimento do salário mínimo na Alemanha. Afinal, o valor do salário mínimo nos EUA é alto ou baixo? Aumento do valor do salário mínimo é a melhor forma de combater pobreza? Há um nível técnico para o valor do salário mínimo? O salário mínimo no Brasil é alto ou baixo vis-à-vis a experiência internacional?

Primeiro, do ponto de vista de desigualdade de renda e pobreza, ao que parece aumento do salário mínimo não parece ser a forma mais eficaz de combater a desigualdade de renda e pobreza. No caso dos EUA, o economista Steve Landsburg escreveu um post interessante ([Thoughts on the Minimum Wage](#)) sobre salário mínimo, recomendado pelo professor de Harvard Greg Mankiw, no qual fala entre outras coisas que:

“If we’re going to transfer income to low-wage workers, it’s both fundamentally unfair and politically unwise to put the entire burden of that transfer on a relatively small segment of the population (namely the owners and customers of businesses that employ a lot of low-wage workers). The right thing, given that we’re going to make this transfer, is to fund it as broadly as possible — say through an increase in the Earned Income Tax Credit, which comes out of general tax revenues.”

Um dos defensores da ideia de que aumentos do salário mínimo aumentam o desemprego entre trabalhadores de menor qualificação, o economista David Neumark ([The Minimum Wage Ain’t What It Used to Be](#)) também advoga que se o objetivo for redistribuir renda para as famílias de menor renda, no caso dos EUA, seria melhor o crédito via imposto de renda (*the Earned Income Tax Credit- EITC*) para as famílias na base da pirâmide. Neumark mostra que apesar da queda real do salário mínimo nos EUA de 1976 a 2012, quando se adiciona o crédito do imposto de renda para as famílias de menor renda familiar não houve queda real de renda dessas famílias. Adicionalmente, de acordo com David Neumark, o EITC é um programa mais focado nas famílias de baixa renda ao contrário do salário mínimo.

Segundo, a revista britânica The Economist tem produzido vários artigos sobre salário mínimo ([clique aqui para ver a lista de artigos sobre esse tema na revista de 1997 a 2013](#)) e a posição oficial da revista colocada de forma clara em uma das edições recentes ([ver the logical floor: Moderate minimum wages do more good than harm](#)) é que salário mínimo pode sim ter um efeito benéfico para proteger o rendimento dos trabalhadores de menor qualificação desde que o seu valor seja um pouco abaixo de 50% da renda mediana das pessoas ocupadas (a renda do trabalho daquele trabalhador que divide os trabalhadores entre os 50% de menores e os 50% de maiores rendimentos quando todos são ordenados do menor para o maior rendimento).

A revista defende uma tese interessante e polêmica: o valor do salário mínimo deveria ser estabelecido não pelos políticos, mas por uma comissão técnica como faz o Reino Unido de tal forma que seu valor não ultrapasse 50% do salário mediano. No Reino Unido, além de uma comissão técnica definir o valor do salário mínimo, o valor é diferenciado por grupos de idade, sendo menor para pessoas de 18 a 20 anos de idade e menor ainda para pessoas com menos de 18 anos de idade ([clique aqui](#)).

Segundo a The Economist, um valor do salário mínimo muito acima de 50% da renda mediana poderia ocasionar graves distorções no mercado de trabalho (elevado índice de desemprego para os mais jovens e os de menor qualificação) com parece ser o caso da França, país cujo salário mínimo equivale a mais de 60% da renda mediana das pessoas empregadas. No caso dos EUA, o salário mínimo atual é de fato muito baixo: 38% da renda mediana do americano e mesmo com o aumento de 40% proposto pelo governo Obama, o valor do salário mínimo ainda ficaria abaixo de 50% da renda mediana nos EUA.

Dito tudo isso, o que podemos falar sobre esse debate aqui no Brasil? acho que é fundamental enfatizar três coisas. **Primeiro**, ao contrário do debate lá fora que se concentra mais nos efeitos do salário mínimo sobre a estrutura salarial e impacto na geração ou destruição de emprego, no Brasil, temos que levar em conta também a dimensão fiscal do salário mínimo, pois ele é o piso base para a previdência, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) e afeta o valor do seguro desemprego e o abono salarial. Como lembra a última carta do IBRE-FGV deste ano sobre o salário mínimo (SM) ([clique aqui](#)):

“.....São, portanto, 21 milhões de brasileiros ganhando um SM no sistema previdenciário e de assistência social. No RGPS, ele engloba 67% dos benefícios e 48% do total gasto. Na LOAS e na RMV, há indexação total ao SM. Mas a conta não para aí. No seguro-desemprego, o piso dos benefícios é indexado ao SM, e, no programa de abono salarial, há indexação total. Neste segundo caso, existe atrelamento também do público-alvo, composto pelos trabalhadores formais que ganham até dois SM.

Independentemente do crescimento do PIB, com a regra de reajuste de salário mínimo em vigor no Brasil, é impossível estabilizar a despesa primária como porcentual do PIB. A única forma da despesa não crescer como % do PIB é se o crescimento do PIB fosse sempre crescente, o que é impossível. A Lei Nº 12.382 que estabelece a regra atual de reajuste do SM vale até 2014. Assim, em 2015, a sociedade terá que decidir se mantém ou não a regra atual. Caso a regra atual seja mantida, é praticamente certo que precisaremos de uma carga tributária maior para arcar com o seu custo.

Segundo, da mesma forma que lá fora, pesquisadores que aqui estudam a eficácia do salário mínimo como política de combate à pobreza enfatizam que há programas mais eficazes e mais baratos para combater a extrema pobreza no Brasil do que o aumento do salário mínimo. Em livro publicado pelo IPEA, em 2007, e coordenado por pesquisadores da casa tendo à frente o economista Ricardo Paes de Barros (PB), PB mostrou de forma clara que um aumento do bolsa-família é muito mais efetivo (e barato) para reduzir a pobreza e a desigualdade do que um aumento correspondente do salário mínimo. **O atual presidente do IPEA, Marcelo Neri**, também já enfatizou o mesmo ponto diversas vezes.

Terceiro, o salário mínimo, no Brasil, pela comparação internacional, é elevado. É isso mesmo. Aqui é preciso fazer a diferença entre valor absoluto e valor relativo em relação à nossa renda mediana. Em termos absolutos, é claro que o valor do salário mínimo no Brasil perto de US\$ 300 é muito inferior ao de vários países. Mas por esse critério, os EUA teriam um dos maiores salários mínimos do mundo – estaria entre os dez maiores ([ver aqui](#)) e a Austrália o maior do mundo.

No entanto, o importante para definir se o salário mínimo é alto ou baixo é fazer essa comparação em relação a renda mediana do trabalho das pessoas ocupadas no país. É fácil fazer isso para o Brasil tanto pelos dados da PNAD como pelos dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME). Aqui utilizei os dados da PME para o rendimento mediano nominal do trabalho principal das pessoas ocupadas com mais de 10 anos de idade de 2002 a 2013 porque queria ter dados mensais para 2013.

Como se observa nas duas tabelas abaixo, o salário mínimo brasileiro passou de 45,5% da renda mediana, em 2002, para mais de 60% da renda mediana no período recente. Ao longo do ano ele perde um pouco o seu valor e, por isso, tirei a média para 2013 até outubro que dá próximo a 60% da renda mediana das pessoas ocupadas.

Salário Mínimo e Renda Mediana Nominal no Brasil – 2002-2013

Fonte: PME. OBS: valores na data de reajuste do salário mínimo.

Sal. Mínimo	S.M - R\$	Renda Mediana/R\$	%
abr/02	200	439,3	45,5%
abr/03	240	468,1	51,3%
mai/04	260	499,2	52,1%
mai/05	300	499,9	60,0%
abr/06	350	599,1	58,4%
abr/07	380	599,4	63,4%
mar/08	415	699,2	59,4%
fev/09	465	747,7	62,2%
jan/10	510	798,8	63,8%
jan/11	545	899,2	60,6%
jan/12	622	999,3	62,2%
jan/13	678	1.000,0	67,8%

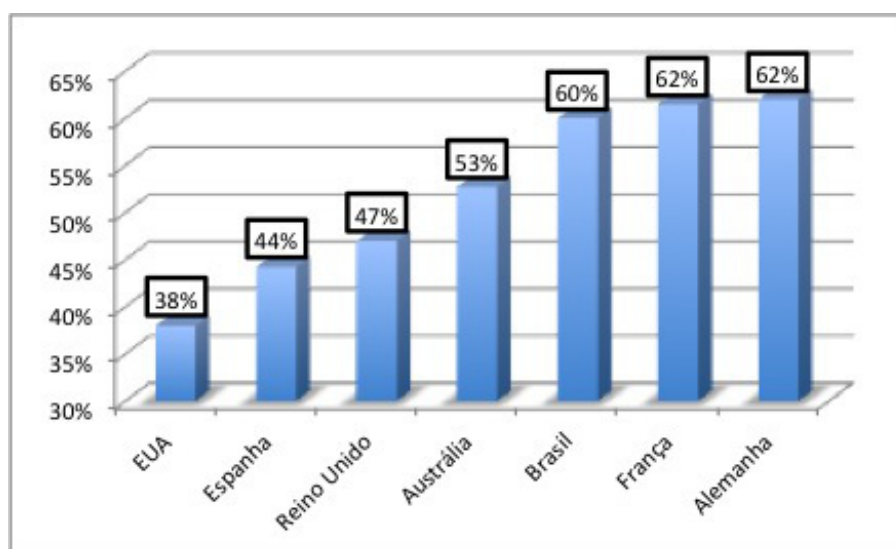
Salário Mínimo e Renda Mediana Nominal no Brasil – janeiro a outubro de 2013

Fonte: PME

Ou seja, em um mercado de trabalho como o brasileiro no qual metade das pessoas ocupadas ganham até R\$ 1.200 por mês, um salário mínimo de R\$ 678 não é baixo. Na verdade, quando comparado a outros países, nós estaríamos junto com França e agora Alemanha entre os países de maior salário mínimo como porcentual da renda mediana: 60% ou mais da renda mediana – ver gráfico.

Sal. Mínimo	S.M - R\$	Renda Mediana/R\$	%
jan/13	678	1.000,0	67,8%
fev/13	678	1.098,8	61,7%
mar/13	678	1.099,1	61,7%
abr/13	678	1.099,4	61,7%
mai/13	678	1.099,7	61,7%
jun/13	678	1.195,0	56,7%
jul/13	678	1.192,3	56,9%
ago/13	678	1.191,6	56,9%
set/13	678	1.193,8	56,8%
out/13	678	1.195,1	56,7%
		<i>média jan-out</i>	59,9%

Gráfico – Relação entre salário mínimo e renda mediana – Países selecionados (2012-2013)



Fonte: OCDE.

Assim, no debate sobre salário mínimo, no Brasil, é preciso ter em mente dois pontos: (i) no nosso caso, o valor do salário mínimo tem um elevado custo fiscal que não ocorre em outros países, e (ii) pela comparação internacional, o salário mínimo no Brasil (em relação a renda mediana das pessoas ocupadas) já é elevado. Acho que esses são elementos importantes para o debate.

[Ler o post por completo »](#)

